



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuol Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLO-RESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL

Rosana Cristina Biral Leme

Professora do curso de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR; email: rosanabiral@hotmail.com – Membro dos Grupos de Pesquisas: “Planejamento Ambiental na Região Sudoeste do Paraná” e “Ensino e Pesquisa em Geografia”.

Mafalda Nesi Francischett

Professora do curso de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR; email: mafaldanesi@hotmail.com; mafalda@wln.com.br – Líder do Grupo de Pesquisa “Representações, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas”. Membro dos Grupos de Pesquisas: “Planejamento Ambiental na Região Sudoeste do Paraná” e “Ensino e Pesquisa em Geografia”.

Raquel Biz Biral

Mestre pelo Programa de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR; email: raquelbiz@yahoo.com.br - Membro do Grupo “Representações, Tempos e Linguagens em Experiências Educativas”.

Karise Cristofolli Bauab

Mestranda do Programa de Geografia da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR; email: karisecristofoli@hotmail.com; karisecristofoli@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca contextualizar a importância construção da racionalidade ambiental para a organização da leitura que a sociedade faz da natureza e seus desdobramentos na sistematização da Educação Ambiental promovida na esfera formal pelo governo brasileiro. Reflete sobre a condição prioritária da compreensão de elementos que fundamentaram a forma de pensar a relação sociedade-natureza e estabeleceram valores éticos por meio da construção do conhecimento científico. Tal conhecimento é ponto inicial de toda discussão crítica que tenta apreender o movimento da realidade como fruto do processo histórico cumulativo, perpassado por marcas da contradição da sociedade que o engendra, modelando-o e mantendo-o, por muitas vezes, limitado aos padrões necessários de reprodução desta sociedade. Isso torna a maioria dos trabalhos de educação ambiental pouco efetivo na concretização de objetivos significativos e duradouros, uma vez que restringem-se a visões limitadas de meio ambiente (nos quais destacam-se apenas os elementos naturais), instrumentalizadoras e construtoras de hábitos que não buscam reflexão crítica sobre as causas que originam os problemas ambientais.



Partindo destes pressupostos buscou-se investigar como o processo de educação ambiental é efetivado por meio da análise realizada nas escolas do ensino fundamental e médio do Núcleo Regional de Francisco Beltrão – PR, e as reflexões parciais advindas da primeira fase desta pesquisa constituem-se, portanto, no objetivo principal deste artigo.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO TEMA

Apesar de não se constituir enquanto uma discussão de origem recente, em meio a crise ambiental que se descortina no século XXI, a Educação ambiental¹ é apontada por muitos setores institucionais de gestão e fiscalização dos recursos naturais enquanto uma das mais promissoras alternativas à mudança de comportamento da população a médio e longo prazos.

Entretanto, o que se percebe é que a Educação Ambiental, embora discutida e proposta enquanto prática pedagógica em vários contextos, não tem sido objeto de discussão aprofundada e qualificada, sobretudo no âmbito escolar, onde possui formato de política pública e é responsável do ponto de vista formal pela realização desta prática.

A educação ambiental formal é importante instrumento para a evolução dos trabalhos referentes a construção de uma cidadania ambiental e é conceituada por Leonardi (1994, p. 397) como “aquela que é exercida como atividade escolar, seja de pré, primeiro, segundo ou terceiro grau (...). Ela possui conteúdos, metodologia, meios de avaliação claramente definidos e planejados”.

O modo formal da educação ambiental possui grande permeabilidade em todas as discussões educacionais desde a inserção da Educação ambiental como um dos cinco temas transversais que compõem os Parâmetros Curriculares Para Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental em 1998. Concomitante a esta inserção ocorreu

¹ A definição acordada no Congresso Internacional sobre de Educação e Formação Ambiental ocorrido em Moscou no ano de 1987, considera: “Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e as comunidades adquirem consciência do seu meio e aprendem os conhecimentos, os valores, as habilidades, a experiência e também a determinação que lhes capacite agir, individual e coletivamente, na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros”.



a criação a Política Nacional de Educação Ambiental por meio da Lei Federal 9.795/99, complementada posteriormente pelo Decreto Federal 4.281/2002, por meio dos quais a educação ambiental formal no Brasil passou a possuir grande respaldo legal e institucional.

Todavia, a construção destes espaços de diálogo e trabalho formal do tema abordado pela educação ambiental não foram acompanhados de efetivo espaço de formação para os agentes sociais que ficaram responsáveis pelo trabalho educativo, ou seja: não se preocupou com a formação do formador.

O resultado desta falha na dinâmica formadora de uma nova relação da sociedade com a natureza, favoreceu o processo de banalização das discussões direcionadas aos educandos, promovendo ora a simplificação da discussão, ora a sua setorização de acordo com os apelos do próprio mercado ecocapitalista, continuamente assessorado pelos meios de marketing e comunicação midiático.

Deste modo manteve-se a discussão ambiental em sala de aula, por vezes reclusa na esfera das conseqüências da crise ecológica e não nas suas efetivas causas. A crise ecológica não é a anunciação do limite apresentado pela lei da entropia - desta forma, uma questão de transformação natural -, mas a apresentação soberana dos limites apresentados pela concepção metafísica, filosófica, ética, científica e tecnológica do mundo. Considerando tal prerrogativa, importante produção científica tem sido composta por vários autores que face as derivações da complexa relação sociedade-natureza e do agravamento da chamada Questão Ambiental². Nesse sentido, uma parcela representativa da Sociedade - Civil e Acadêmica – tem mobilizado esforços no sentido de construir ações (concretas e teórico-metodológicas) que auxiliem no estabelecimento de uma relação mais sustentada entre a sociedade e a natureza³.

² Os autores que contribuíram compor uma reflexão que permita a correlação entre as visões de natureza cristalizadas ao longo do tempo pouco comprometidas com os aspectos éticos e construtores de um aparato científico, tecnológico e filosófico que dificultam a estruturação de trabalhos de educação ambiental coesos e contínuos foram, entre outros autores: Loureiro (2004), Jacobi (2003), Pelizzoli (2003), Leff (2002), Mendonça (2002), Acsegrad (2001), Diegues (2000), Ferreira (1998) e Lima (1997).

³ Estes esforços podem ser vistos na construção de conceitos científicos que resgatem a integração sociedade-natureza; na busca de construções metodológicas que permitam a elaboração de práticas interdisciplinares que minimizem a fragmentação da compreensão de mundo e no engajamento e na organização dos movimentos populares.



A interdisciplinariedade coloca-se como uma metodologia que auxilia no avanço do conhecimento e na resolução dos problemas práticos, todavia, Leff (2002) e Moraes (1994), reiteram a existência de uma limitação na conquista da organização de um método onicompreensivo, bem como de uma teoria transdisciplinar que seja capaz de articular os contextos físico, biológico e social.

O desafio é realizar um diálogo e avançar rumo a ações, mesmo em meio a valores, opiniões e projetos de vida diferenciados. É por esta provocação à capacidade de interlocução humana, que a questão ambiental é patenteada por Leff (2002), como Complexidade Ambiental, que representa o conhecimento sobre as diversas formas de apropriação da natureza e de inserção no mundo, constituindo-se em última análise como sinônimo de um arcabouço de relações complexas.

Como uma reação ao processo de deterioração ambiental, surgem vários movimentos sociais ambientalistas, que reivindicam a obtenção de respostas em relação a uma diversidade de questões, tão amplas, o quanto a chamada “questão ambiental”. Pessoas que se colocam como agentes de questionamento, de divulgação e de proposição de novas formas de organização social, posicionam-se enquanto sujeitos históricos.

Este movimento começa a surgir, segundo Viola (1998), como defesa ao meio ambiente, a partir da segunda metade do século XX. Coloca-se como um movimento de resistência a degradação ambiental, apresentando-se de modo cada vez mais reativos em relação a necessidade de mudança da matriz de exploração do sistema produtivo contemporâneo. Construindo estratégias de intervenção diferenciados, estes sujeitos constituem por meio de movimentos sociais, uma importante expressão da capacidade de organização da Sociedade Civil que visa reagir a um sistema que nas várias esferas da vida, dentre elas, a ambiental, hegemonizam um processo opressor.

RESULTADOS PARCIAIS

Verifica-se que as discussões relacionadas ao meio ambiente e a sua correlata “crise ambiental”, não se colocam apenas enquanto questionamentos ao modo de produzir e consumir os recursos naturais, mas, sobretudo, sobre a necessidade de uma



nova forma de pensar esta relação, favorecendo a construção de uma sociedade na qual prevaleça a tolerância, a equidade, a pluralidade cultural e a democracia e o respeito a todas as formas de vida.

No avanço em relação a compreensão do paradigma dialógico⁴ do meio ambiente permanece uma clássica discussão geográfica, uma vez que trata de essencialmente da intrincada relação existente entre sociedade e natureza, que integram-se e desintegram-se dinamicamente nas diferentes escalas do viver.

Todavia, o que se problematiza é que a Educação ambiental tem sido mal empregada na construção de uma racionalidade ambiental que leve a processos menos degradadores da natureza. Tal afirmação é realizada a partir da análise realizada nas escolas do ensino fundamental e médio do Núcleo Regional de Francisco Beltrão – PR, bem como nos trabalhos de pesquisa realizados sobre este tema tanto no nível da graduação, quanto no de pós-graduação.

Apesar de haver contínuo processo de inserção de atividades de cunho ambiental, tais atividades tem demonstrado preocupações extremamente setorizadas e sem a perspectiva de interconexão com as demais perspectivas de transformação da realidade nos quais os alunos estão inseridos e que, por meio da formação ambiental realmente contextualizada, continuada e crítica, estes educandos poderiam alterar.

Um exemplo é o número de pesquisas que demonstram a construção do argumento principal que justifica a importância da educação ambiental e, conseqüentemente, a intervenção pedagógica vinculadas especificamente a questão do lixo.

Este tocante preferencial relacionado ao acúmulo do lixo, não seriam registrados com estranhamento, se o utilizasse como ponto de partida para reflexões que auxiliassem a pensar na sociedade que produz tal acúmulo, ou em formas de análise dos valores dados aos recursos naturais que são fonte de matéria prima de todo o resíduo produzido. Porém, o que se verifica é que a questão do lixo vem como uma temática, muitas vezes vinculada a campanhas das prefeituras municipais, para estimular o processo de reciclagem e a ele se limitando totalmente. Outras dimensões

⁴ “O novo paradigma que desponta pode ser chamado de dialógico, visando recuperar a noção de interpretação efetiva (observador/observado, vivo/não vivo, eu / outro) o que se chama de ‘real’, e com o ‘ambiente’; sua força ainda é menor do que o cartesianismo/reducionismo, do *status quo*, mas a visão de ambiente ecológico, das inter-relações e de (auto) produtividade da vida como criação contínua cresce a cada dia” (PELIZZOLI, 2003, p. 155).



perfeitamente cabíveis a discussão da geração e disposição dos resíduos sólidos urbanos são anulados.

Por meio da análise do Plano Político Pedagógico; de entrevistas com professores de geografia e observação dos alunos durante a realização de “atividades de educação ambiental”; verificou-se que a educação ambiental é, na maioria das escolas dos 20 municípios jurisdicionados ao NRE de Francisco Beltrão⁵, tomada como atividade complementar, descontínua, de caráter eventual e reprodutora predominantemente de uma visão ingênua sobre a crise ambiental.

Muitos professores inseridos em projetos de caráter interdisciplinar concebem a educação ambiental enquanto mais uma obrigação que lhe é imputada pela escola, sobrecarregando-o e dificultando o seu trabalho no “repasse” de conteúdos escolares, que seria, a partir deste prisma, a sua principal obrigação.

Outros professores que fazem parte do universo que está sendo analisado, demonstram genuíno desejo de realizar os trabalhos de educação ambiental durante o seu processo educativo e, embora, uma parte significativa destes professores, também possuam uma visão bastante limitada da chamada crise ambiental e do modo como a educação ambiental pode contribuir na formação de atores sociais críticos, estes propõem-se continuamente a desenvolver o seu trabalho com persistência. É por este conjunto de profissionais, que se considera válida a realização deste levantamento e o encaminhamento de propostas mais efetivas que proporcionem a formação e as condições materiais necessárias para que a educação ambiental seja realizada de modo contínuo e desfragmentado auxiliando na construção de novas relações entre a sociedade e a natureza.

Considerou-se que o não cumprimento do real desafio da educação ambiental enquanto implementação de prática interdisciplinar que auxilie na afirmação de valores e ações sociais e ecologicamente equilibradas e, sobretudo, que permita e estimule a realização de uma análise crítica a respeito do meio ambiente e da necessidade de que cada cidadão possui de protagonizar sua vida, não é efetivada, dentre outras razões, pela deficiência que os próprios professores de geografia tem em relação ao domínio e

⁵ Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Bom Jesus do Sul, Capanema, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e Verê.



esclarecimento deste tema. Verificamos que dentre a maioria dos professores entrevistados, se mantêm uma visão simplista e individualista dos motivos que causam os problemas ambientais, gerando uma interpretação ingênua da função e os objetivos da educação ambiental.

Apesar da grande importância dos movimentos sociais (evidencia-se o ambientalista) neste processo, estes são pouco presentes nas discussões de educação ambiental. O papel dos movimentos sociais ambientalistas na luta em prol a preservação dos recursos naturais, poderia efetivar-se principalmente pela proposta de transformação da atuação da administração pública via insistência na inserção de conhecimentos científicos que instrumentalizem a re-organização dos modos de produção e a implementação de projetos de autogestão nos quais a população possa, estimulada pelo poder público e de acordo com suas próprias referências, construir condições de existência pautadas nos princípios de qualidade de vida, que não estão necessariamente atrelados a expansão dos padrões de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais tem se constituído atualmente como premente dilema social das gerações presentes em relação ao que se constituirá no futuro. Inúmeros acordos são realizados após estudos técnicos, filosóficos e éticos sobre os aspectos que conduzem a sociedade a embrenhar-se num grau tão profundo de complexidade que parece ela mesma incapaz de reajustar.

Ao darmos continuidade as pesquisas que orientam a construção deste artigo, verificamos que, em detrimento das inúmeras limitações existentes na estrutura educacional estadual, das quais compartilha também o Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, são os professores aqueles que mais contribuem para a formação de uma nova relação sociedade-natureza. É ao educador, a quem é apresentado em muitas ocasiões o desafio sobre-humano de construir uma nova mentalidade ambiental numa sociedade em que o imediatismo e o descartável são valores sociais contínuos.

A pesquisa propiciou o encontro com diferentes professores que como importantes atores sociais externalizavam inúmeras dúvidas sobre a importância de seu



trabalho: será que vale a pena fazer educação ambiental? Eu não estou remando contra a maré? Do que vale uma gota de consciência neste oceano de destruição?

Entretanto, ao perceber a diferença dos educandos de um professor atuante e participativo no processo de educação ambiental nos convencemos de que: Sim. Vale a pena!

Sabe-se que é desejável que as mudanças sejam imediatas, que elas sejam coletivas... Mas é fundamental a compreensão de que estamos lidando com mudanças de comportamentos, com processos de re-valorização de elementos que foram desvalorizados por séculos. A sociedade está em uma fase de transição na história em que o ser humano está se re-descobrendo.

Há muitos séculos sabe-se da complexidade do ser humano, da sua composição, de suas necessidades biológicas, culturais, psíquicas, mas atualmente o que se incorpora de modo cada vez mais orgânico no conhecimento social é que estas esferas são construídas por necessidades de participação política, lazer, cultura, contato com a natureza, de contato com o outro. Elementos que até poucas décadas atrás eram asseverados como aspectos dispensáveis a sanidade humana.

Sabe-se que a busca incessante por metas de cunho economicista levaram inúmeras gerações a doenças vinculadas ao estresse e ao sofrimento emocional. Hoje estamos em um período de mudança... No qual a transição foi iniciada e que, se por vezes não nos damos conta dela, é porque estamos no seu vórtice central. Não conseguimos nos separar do momento porque somos sujeitos da história, somos parte da mudança.

Por isso cada ação que realizada é importante, cada educando orientado a refletir sobre os processos de degradações voluntários e involuntários dos quais faz parte, é uma possibilidade de construção de valores de um cidadão que exige a aplicação de políticas públicas equânimes na sociedade. É um passo a mais no caminho desta transição.

Inúmeros autores apontam para a indissociabilidade dos aspectos locais e globais. Principalmente no que tange a origem e ao agravamento dos problemas ambientais, todavia, a maioria deles apresenta-se uníssona ao afirmar que é por meio das ações locais que se tem respaldo para enfrentar e contrapor-se aos problemas de



cunho global. E que é por meio dos valores locais (aspectos endógenos) que os projetos e planejamentos tornam-se exitosos.

A maioria das experiências analisadas é a de professores já antigos na caminhada. Portanto, este material em nenhum momento pretende desmerecer o trabalho de educação ambiental realizado pelos professores, apenas pretende demonstrar que políticas educacionais que são inseridas nos núcleos regionais sem um processo formativo contínuo, faz com que os resultados sejam pulverizados, ajustados apenas a vontade pessoal de cada professor e que, por isso tornam-se menos exitosos do que poderiam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.) . **O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BIRAL, Raquel Biz. **A educação ambiental na práxis da escola**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2011. Dissertação de mestrado em Geografia.

CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 17, p. 99-118, 2º semestre de 2001.

DIEGUES, A C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Levantamento das pesquisas de Educação ambiental realizadas no Sudoeste do Paraná**. <https://sites.google.com/site/sudoesteambiental/>

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. IN: **Cadernos de Pesquisa**. n.118, p.189-2005, março/2003.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação e sustentabilidade: possibilidades e falácias de um discurso. IN: **Revista Política & Trabalho**. N. 13, p. 201 – 222. João Pessoa: UFPB/PPGS, setembro/1997.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental transformadora. IN: LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.



MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2003.

PIRES. Mateus Marchesan. **Educação Ambiental e suas representações no cotidiano da Escola**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2011. Dissertação de mestrado em Geografia.

VIOLA, E. J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.